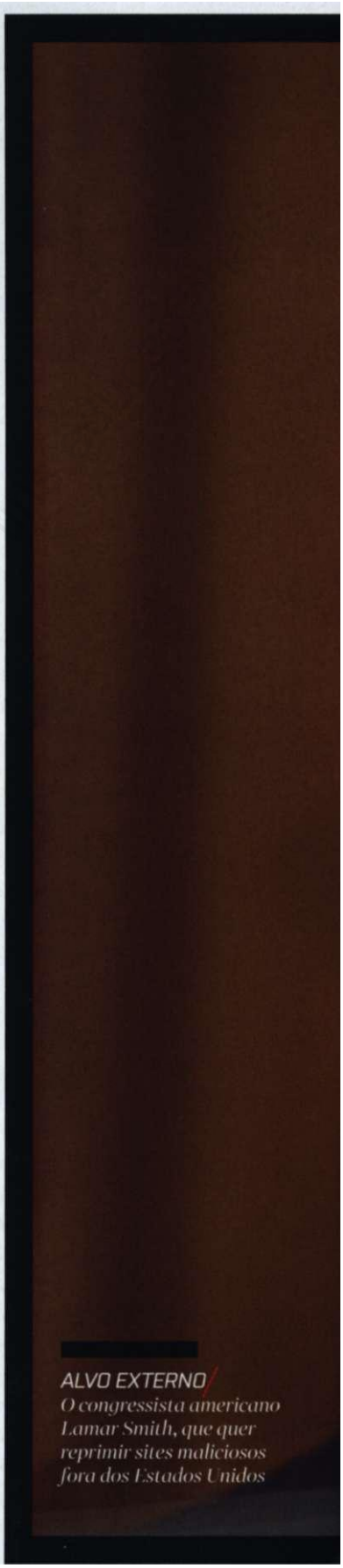
ESTE HOMEM QUER CENSURAR A WEB

PROJETO EM DISCUSSÃO NOS ESTADOS UNIDOS MIRA A PIRATARIA E O DIREITO AUTORAL, MAS PODE RESULTAR EM CENSURA DA INTERNET EM TODO O PLANETA

/POR MAURÍCIO MORAES



ALVO EXTERNO/ *O congressista americano Lamar Smith, que quer reprimir sites maliciosos fora dos Estados Unidos*

A utilização

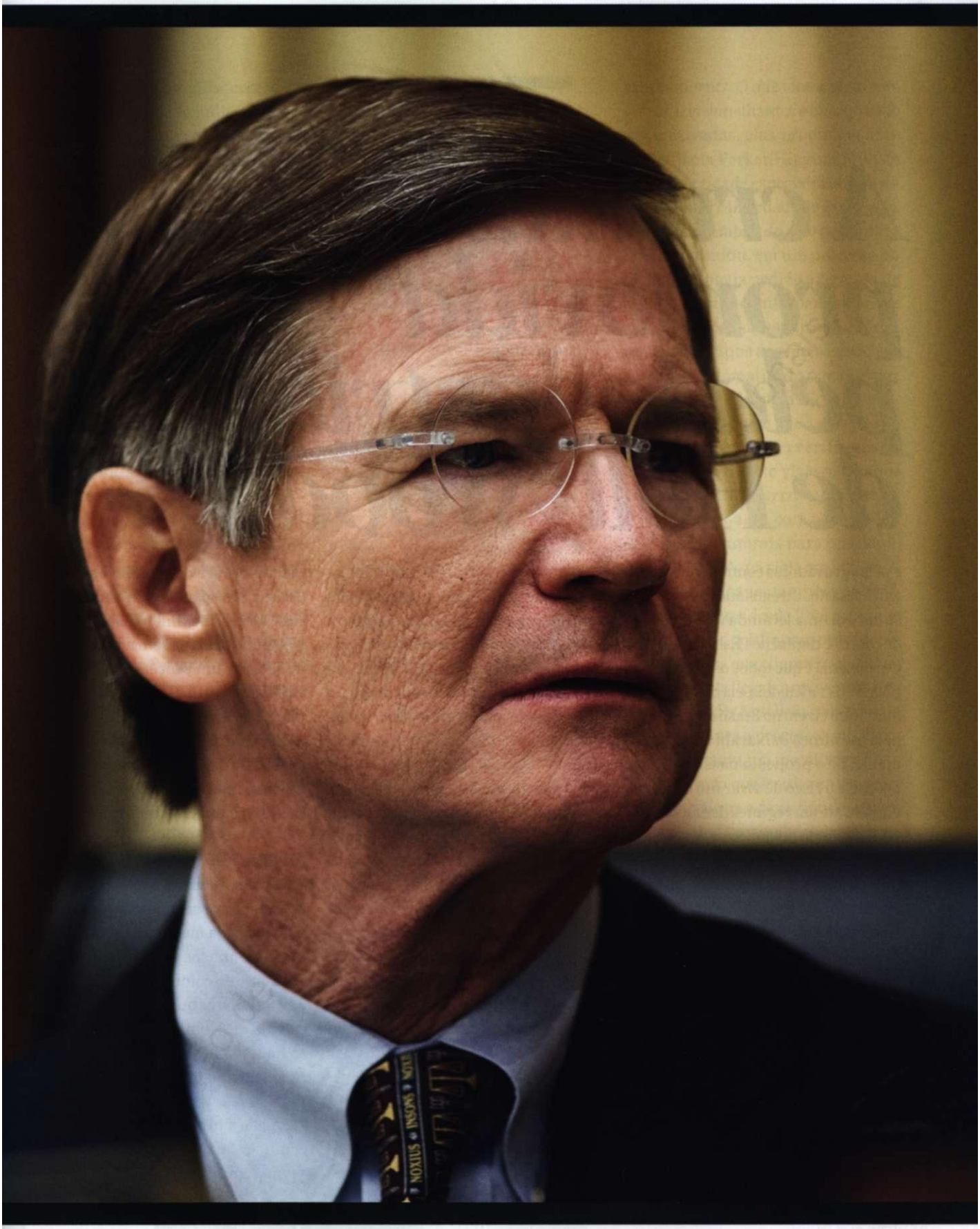


FOTO SCOTT J. FERRELL/CONGRESSIONAL QUARTERLY/GETTY IMAGES

A cruzada promovida pela indústria de Hollywood

e pelas gravadoras contra a pirataria e em defesa dos direitos autorais pode resultar em uma lei ainda mais rigorosa de controle digital nos Estados Unidos. O problema é que todos os interhautas poderão ser afetados pela medida, mesmo os que vivem no Brasil ou em outros países e nunca baixaram nada ilegalmente. Se a proposta passar, a internet corre o risco de virar um território vigiado até em regimes democráticos.

O nome do polêmico projeto é Sopa, sigla para Stop Online Piracy Act (Lei para Parar a Pirataria Online). O texto foi apresentado pelo congressista americano Lamar Smith, representante do estado do Texas, em 26 de outubro passado. Logo provocou uma reação de ativistas que defendem os direitos civis no mundo digital, como a Electronic Frontier Foundation (EFF). Mas passou a enfrentar também a oposição de empresas e organizações como Google, Twitter, Facebook, Zynga, eBay, Fundação Mozilla, AOL, Yahoo! e Linkedln.

Essas companhias também se veem ameaçadas por outra proposta semelhante, chamada Pipa, sigla para Protect IP Act (Lei para Proteção de Propriedade Intelectual). Como ela está sendo analisada desde maio do ano passado pelo Senado americano, pode ser votada a qualquer momento. Pelo menos 40 dos 100 senadores já manifestaram seu apoio ao projeto.

Tanto a Pipa quanto a Sopa preveem o combate da pirataria em sites hospedados fora dos Estados Unidos, ou seja, fora do alcance direto da lei americana. Hoje, para tirá-los do ar, teriam de ser abertos processos nos países de origem, algo lento e muitas vezes ineficaz.

O modo como isso será feito, se a Sopa passar, é, no mínimo, polêmico. Entre as ações previstas estão o bloqueio de domínios denunciados por distribuir conteúdo ilegal - o que impede qualquer pessoa de abrir a página ao digitar o endereço no navegador -, o bloqueio de todos os serviços de pagamento usados pelo site, como PayPal e operadoras de cartão de crédito, e a retirada de menções à página dos resultados dos buscadores, incluindo o Google. Tudo isso pode ocorrer sem a necessidade de se abrir um processo nos Estados Unidos ou em qualquer outra parte do planeta. Abre-se espaço para que as notificações emitidas pela indústria do cinema ou da música possam ser feitas de modo informal. Com isso, só vão parar nos tribunais se forem contestadas.

ATIRE ANTES, PERGUNTE DEPOIS

A Sopa tem causado mais barulho do que a Pipa por ser mais ampla. Para os opositores da medida, a proposta permite que abusos venham a acontecer em nome do combate à pirataria. Um editor de livros que publique obras que caíram em domínio público, o que é absolutamente legal, pode ser penalizado tanto quanto um site que ofereça links para downloads não autorizados. Há ainda situações mais complicadas, como o remix de músicas. Embora algumas empresas achem que isso fere

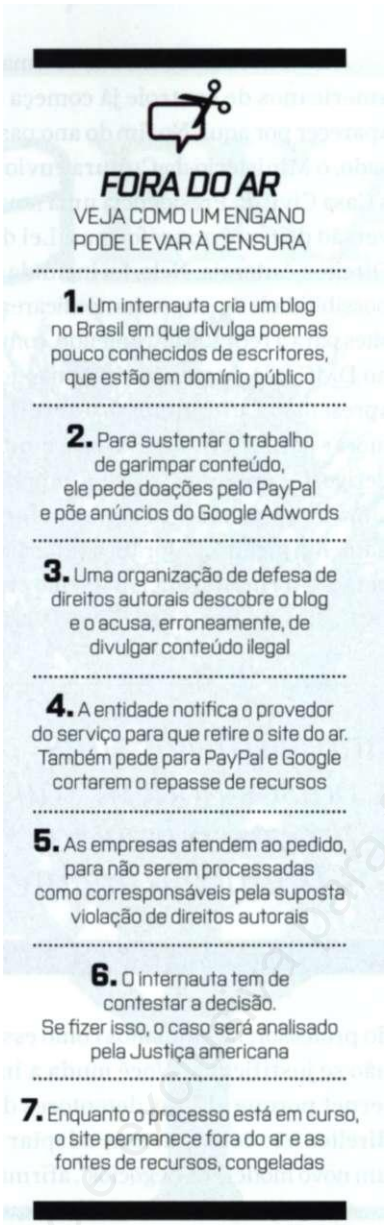
FOTO SÉRGIO LIMA/FOLHAPRESS

o copyright, só uma análise criteriosa, feita por um processo judicial, poderia mostrar se houve ou não abuso.

Os procedimentos legais tornam-se desnecessários com a Sopa. E será mais perigoso contestar uma notificação, mesmo se for considerada exagerada ou injusta. As empresas que bloquearem o domínio ou cortarem os meios de pagamento de um site ficam imunes aos processos, segundo a lei, por terem agido de boa-fé. Se não fizerem nada, no entanto, tornam-se corresponsáveis pela suposta violação e vão precisar responder legalmente por isso.

Já o responsável pelo site afetado precisa contestar a solicitação de bloqueio e se defender na Justiça americana para reverter a medida. "O ônus para questionar esse pedido é alto. Até a Justiça se definir, estaremos em uma censura. Às vezes, uma simples ameaça vai fazer os conteúdos serem retirados do ar", diz Pablo Ortellado, coordenador do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai), da Universidade de São Paulo.

Qualquer engano vai demorar muito para ser corrigido. Segundo os opositores da Sopa, o fato de uma empresa conseguir remover conteúdo sem uma ordem judicial também fere a Constituição dos Estados Unidos. "Há mecanismos no projeto que censuram a internet. O que temos visto com outras leis semelhantes é que, quando são aprovadas, elas produzem abusos", afirma Parker Higgins, ativista da EFF, entidade especializada em direito autoral e liberdade de expressão.

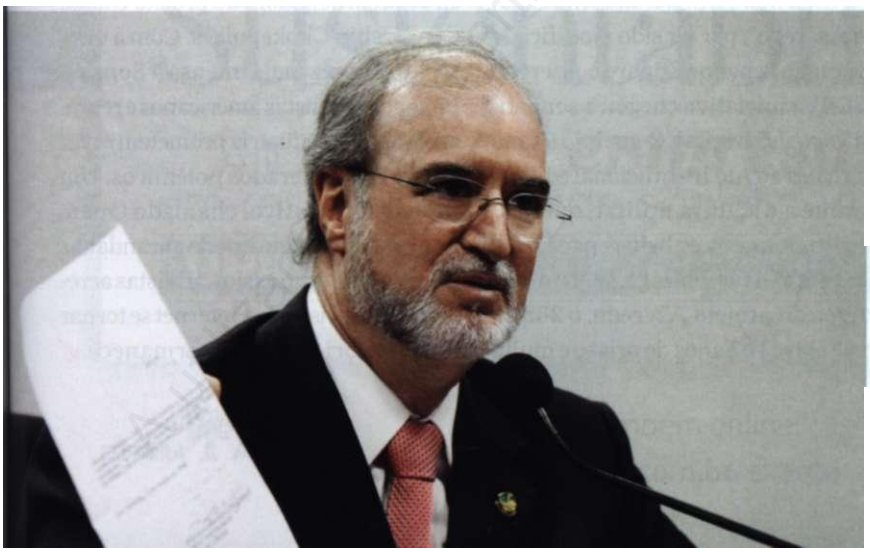


Em novembro do ano passado, a Warner admitiu, em um processo judicial, que havia pedido a retirada do ar de dezenas de links para arquivos armazenados por usuários no serviço Hotfile. Só que a empresa usou um software automatizado para coletar os endereços problemáticos. O programa vasculhou o site à procura de palavras-chave e não verificou se o conteúdo realmente violava direitos autorais. Muitos erros ocorreram.

A Warner agiu com base na Lei de Direitos Autorais para o Milênio Digital (DMCA, na sigla em inglês). A norma americana, também polêmica, está em vigor desde 1998 e permite que empresas notifiquem provedores de acesso para que eliminem conteúdo supostamente ilegal. Aqueles que costumam atender às solicitações acabam ficando imunes a processos judiciais.

Há, portanto, um incentivo para colaborar, ainda que isso leve a um erro. Na Sopa, o alcance desse tipo de solução torna-se ainda mais abrangente, uma vez que pode resultar no corte do fornecimento de recursos ou no desaparecimento do site em buscadores. Teme-se ainda que isso venha a matar a inovação, diminuindo investimentos em startups.

O congressista Lamar Smith, principal defensor da Sopa, preferiu não dar entrevista. Em texto enviado a **INFO**, ele diz que 25% do tráfego



NO BRASIL / *Projeto de Eduardo Azeredo, que ameaça punir quem faz downloads ilegais, está pronto para ser votado*

mundial da internet viola direitos autorais, segundo estudos recentes. "O furto de propriedade intelectual traz à economia dos Estados Unidos um prejuízo anual de mais de 100 bilhões de dólares", afirma. Segundo ele, serviços legítimos, como YouTube e Facebook, não têm com que se preocupar, uma vez que o alvo são apenas sites maliciosos. "A lei não ameaça a internet como ferramenta de comunicação e comércio, mas os lucros gerados por aqueles que roubam propriedade intelectual", diz.

Em países como o Brasil, a Sopa poderia frear os investimentos internacionais em empresas de tecnologia, que começaram a aumentar em 2011.

Se o projeto americano virar lei, sites brasileiros e de outros países podem sair do ar sem passar por processo judicial, além de serem afetados financeiramente

Startups que se baseiam em conteúdo gerado pelo usuário estão sempre na mira dos detentores de direitos autorais e, se surgissem aqui, teriam um futuro pouco promissor. Bastaria que alguns internautas disponibilizassem links de filmes protegidos por copyright, por exemplo, para o serviço perder o direito à publicidade do Google ou ao uso de sistemas de pagamento de companhias americanas. "Sites brasileiros ou de outros países serão afetados financeiramente, mesmo se não violarem as leis locais", diz Higgins, da EFF Para o ativista, o mundo todo acompanha a posição dos Estados Unidos em direito digital. "Uma legislação ruim pode se espalhar e ser adotada em vários lugares", afirma.

A ideia de usar alguns dos sistemas americanos de controle já começa a aparecer por aqui. No fim do ano passado, o Ministério da Cultura enviou à Casa Civil da Presidência uma nova versão do texto que reforma a Lei de Direitos Autorais. Nele, foi incluída a possibilidade de empresas notificarem sites para a retirada de conteúdo, como no DMCA. A proposta ainda não foi apresentada ao Congresso e deve demorar para ser votada. "Isso é muito perigoso, porque foge à esfera judicial. Uma ameaça não tem nenhum fundamento jurídico. A prática informal vai ser a forma de funcionamento efetiva", diz Ortellado, da USP Na visão do professor, mecanismos como esse não se justificam. "Você muda a internet porque alguns detentores de direitos não conseguem se adaptar a um novo modelo de negócios", afirma.

Outra proposta criticada é a que define quais são os crimes cometidos pela internet. Conhecida como "projeto Azeredo", por ter sido modificada pelo então senador Eduardo Azeredo (PSDB), a iniciativa chegou a ser batizada de AI-5 Digital. O apelido é uma referência ao Ato Institucional editado durante a ditadura militar, que cassou direitos civis e abriu espaço para mais repressão do regime. Um dos artigos do projeto Azeredo, o 285-B, prevê entre 1 e 3 anos de prisão e multa para quem baixar conteúdo protegido legalmente. Isso abre espaço para punir internautas pelo download ou o compartilhamento de arquivos.

A proposta depende de mais uma votação na Câmara dos Deputados para ser aprovada. Depois precisará da assinatura da presidente Dilma Rousseff. Todas as vezes em que está prestes a ser analisado, contudo, o projeto enfrenta uma avalanche de críticas e acaba engavetado por um tempo, como aconteceu em novembro passado. Para Azeredo, hoje deputado federal, há desinformação e uma visão superficial da iniciativa. "O projeto se limita a definir novos crimes no Código Penal", diz. Segundo ele, pontos polêmicos foram retirados, como a obrigatoriedade de provedores de internet fiscalizarem os usuários.

TENDÊNCIA MUNDIAL?

Não são poucos os países que partiram para a criação de leis contra a pirataria ou crimes de internet. Além do Brasil e dos Estados Unidos, países como França e Nova Zelândia têm aprovado medidas contra o compartilhamento ilegal de arquivos, prevendo até o corte da conexão dos internautas. "As pessoas não entendem o quanto leis amplas de controle de direito autoral podem ser perigosas. Queremos mostrar como podem se tornar ferramentas para censura", diz Rainey Reitman, da EFF, e coordenadora do projeto Global Censorship Chokepoints. Com a oposição cada vez mais intensa à Sopa e à Pipa, congressistas americanos e representantes da indústria prometem rever os itens considerados polêmicos. Um projeto alternativo, chamado Open, está sendo redigido e pode abrandar as medidas. Mesmo assim, ativistas acreditam que o risco de a internet se tornar um território vigiado permanece.

Fonte: Info Exame, São Paulo, n. 312, p. 66-70, jan. 2012.